



Exmo/a Senhor/a
Maria Fernanda da Silva
Bairro D. Pedro I - Bloco 2, 2º A

7520-115 SINES

NIF Entidade: 164891870

| Referência | Data de emissão | Processo | Serviço emissor |
|------------------------|-----------------|---------------------|---------------------|
| Ofício n.º 3459 / 2017 | 01/06/2017 | 2017/300.10.005/663 | Contratação Pública |

Assunto: Notificação de adjudicação - Procedimento 2017/300.10.005/663 -
Aquisição de serviços na modalidade de tarefa para o serviço de
educação

Exma. Sra.,

Nos termos do disposto no art.º 77.º do Código dos Contratos Públicos (CCP), aprovado pelo Decreto – Lei n.º 18/2008, de 29 de Janeiro, na sua atual redação, informa-se V. Exas. que por Despacho do Sr. Presidente da Câmara datado de 31/05/2017 é adjudicada a V. Exa. a aquisição dos serviços mencionada em epígrafe, pelo valor de € 9.740,00 (nove mil setecentos e quarenta euros), acrescido de IVA à taxa legal em vigor.

Assim, de acordo com o estabelecido no n.º 1 art.º 81.º do CCP, no prazo de 5 dias úteis deverá ser remetida Declaração Anexo II do CCP, bem como os documentos comprovativos de que não se encontram nas situações previstas nas alíneas b), d), e), i) do art.º 55.º do referido diploma legal, respetivamente:

- a) Situação regularizada relativamente a contribuições para a segurança social em Portugal ou, se for o caso, no Estado de que sejam nacionais ou no qual se situe o seu estabelecimento principal, nos termos da alínea d) do artigo 55.º do CCP;
- b) Situação regularizada relativamente a impostos devidos em Portugal ou, se for o caso, no Estado de que sejam nacionais ou no qual se situe o seu estabelecimento principal, nos termos da alínea e) do artigo 55.º do CCP;
- c) Certificado de registo criminal, para efeitos de celebração de contratos públicos, de todos os titulares dos órgãos sociais da administração, Direção ou gerência que se encontrem em efetividade de funções, destinado a comprovar que não se encontram em nenhuma das situações previstas nas

Quando assinado digitalmente, o documento impresso constitui uma cópia autenticada do original digital, desde que validado pelo selo branco da Câmara Municipal de Sines.



alíneas b) e i) do artigo 55.º do CCP, não bastando a apresentação de certidões em número equivalente ao das pessoas com poderes para obrigar a sociedade;

A adjudicação caduca se os documentos de habilitação não forem apresentados dentro do prazo supra citado e se os mesmos não forem redigidos em língua portuguesa ou acompanhados de tradução devidamente legalizada.

Com os melhores cumprimentos.

O Chefe da Divisão de Administração e Finanças
(No uso de competências delegadas, por despacho datado de 08 de novembro de 2016)